

# As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins  
Universidade de São Paulo

p. 40 – 54

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81076>

## Como citar este artigo:

MARTINS, E. R. As dimensões do geográfico: diálogo com Armando Corrêa da Silva. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 40-54, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

revista

Geo   
USP

espaço e tempo

Volume 18, nº 1 (2014)

ISSN 2179-0892

# As dimensões do geográfico: diálogo com Armando Corrêa da Silva

Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

---

## Resumo

Este ensaio é dedicado à análise das categorias fundamentais do discurso geográfico como dimensões do existir. Nesta primeira parte, dialogamos com o pensamento de Armando Corrêa da Silva, observando aspectos epistemológicos que fundamentam a ciência geográfica, especialmente os lógicos, bem como a compreensão de suas principais categorias.

**Palavras-chave:** Espaço. Ente. Ser. Movimento. Relação.

---

## The dimensions of the geographic: a dialogue with Armando Corrêa da Silva

---

### Abstract

This paper dedicated to analyses the fundamental categories of the geographical speech. This paper is dividing in two parts. In this part we have a dialogue with the geographer Armando Corrêa da Siva's thought. The contribution from this author observed epistemological underpinning geographical science, especially logical aspects as well as understanding of its main categories.

**Keyword:** Space. Entity. Being. Movement. Relationship.

---

Em um trabalho intitulado *A noção de espaço em geografia*, Alain Reynaud menciona o seguinte: “Não é de se estranhar que *espacial* constitua um dos dois significados do adjetivo *geográfico* na linguagem corrente” (Reynaud et al., 1986). Talvez não só na linguagem corrente, possivelmente até mesmo no discurso da ciência geográfica o *espacial* signifique o *geográfico*. Porém, ao se pensar nos fundamentos geográficos da realidade e suas diferentes dimensões, essa reflexão pode se mostrar um tanto distinta da afirmação de Reynaud.

Este trabalho é a primeira parte de duas.<sup>1</sup> O que será apresentado na primeira deste ensaio diz respeito à contextualização do problema apresentado por Armando Corrêa da Silva<sup>2</sup> em um pequeno texto intitulado “O conceito de espaço de David Harvey – implicações

---

1 A segunda parte intitula-se “As dimensões do geográfico: da quantidade à qualidade; do ente ao ser”, a ser publicada.

2 Neste artigo, Armando Corrêa da Silva é citado pelo primeiro nome.

ontometodológicas”, numa coletânea deste autor cujo nome é *De quem é o pedaço* (Silva, 1986). Na sequência, será considerado outro texto do mesmo autor, intitulado “As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico” (Reynaud et al., 1986), presente na mesma coletânea em que se encontra o texto de Alain Reynaud mencionado anteriormente. Ao se discutir alguns pontos do pensamento de Armando, é possível observar como o autor encaminha a questão *do conjunto das principais categorias topológicas da geografia e sua respectiva articulação*, ou nas palavras de Armando “*as categorias fundamentais do conhecimento geográfico [...], que definem o objeto da Geografia em seu relacionamento*”. Nesse contexto, melhor seria dizer que “definem o objeto da *ciência* geográfica e representam a geografia em pensamento”.

Nesse conjunto de categorias é possível observar que a ciência geográfica possibilita uma reflexão privilegiada. Ao desdobrar as diferentes categorias espaciais, em que o espaço poderá ser região, território, lugar, habitat, área, domínio etc., essa ciência aprofunda a reflexão sobre as diferentes dimensões do *existir* dos entes em geral que constituem o mundo. É por isso que essa forma de pensamento (o pensamento geográfico) permite ver que o geográfico não se reduz ao espaço, pois este enquanto reflexão sobre a existência invoca as outras categorias do existir, como o tempo, o movimento e, sobretudo, *a relação*.

E da mesma forma que para o espaço as categorias tempo, relação e movimento devem desdobrar-se conforme as distintas facetas do existir. E o existir é dos entes em geral, são eles, em seus recíprocos relacionamentos, na sua condição de objeto e, por conseguinte, na sua condição posta pelo sujeito, que serão a fonte do discurso geográfico. Portanto, o tempo se desdobrará em duração, sucessão, ritmo ou frequência; da relação teremos a ligação, a conexão; movimento será quantitativo ou qualitativo, ou seja, deslocamento, metamorfose, transmutação etc. Tudo remetendo à complexidade do existir. Por esses desdobramentos serão observadas as dimensões do geográfico.

### **Armando: “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”**

No primeiro texto de Armando serão destacadas três passagens breves acerca de questões lógicas relativas ao discurso da ciência geográfica. A primeira afirmação é a de que

Um caminho lógico-metodológico de reflexão pode propor que o *espaço* é a categoria mais ampla do pensamento do geógrafo. Mas o espaço é o maior *lugar* possível. E o lugar manifesta-se geograficamente como *área*, *região* ou *território*. A área, a região, o território são modalidades possíveis de lugares; são sua expressão, assim como são manifestações geográficas do espaço em geral. *Eles contêm* as manifestações empíricas que conhecemos cotidianamente como a cidade, o campo, o porto, a estrada, o estabelecimento industrial – mas também a montanha, a floresta, o deserto, o lago, o oceano, as nuvens etc. (Silva, 1986, p.91)

Além das sugestivas relações entre as categorias listadas, o último grifo “eles contêm” foi acrescentado, pois assinala uma distinção importante: a noção continente dada às categorias espaciais, logo um algo (espaço) que contém um outro algo (as manifestações empíricas). É

fundamental deter-se nesse aspecto: o espaço contém as manifestações empíricas, mas com estas não deve ser confundido. Portanto, o espaço não é a manifestação empírica, ainda que destas dependa para se constituir.<sup>3</sup> Apesar de Armando não ter dado destaque a esta distinção, sua relevância surge já na passagem apresentada a seguir:

[...] parece lógico – e formalmente o é – que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular. A reflexão sugere que na Geografia o universal, o particular e o singular tem essa conotação categorial. Além disso, verifica-se que – relacionando o universal, o particular e o singular – o espaço contém o lugar, e este contém a área, a região, o território. Inversamente [...], a área, a região, o território, expressam o lugar e este o espaço (Silva, 1986, p. 91).

Se não pudéssemos distinguir as manifestações empíricas, que preferimos chamar de objeto e suas respectivas propriedades existenciais, entre elas o espaço, não seria possível conduzir este ao contexto da lógica. Portanto, o mais importante nessa passagem é a aproximação entre a lógica e as categorias espaciais. Destaca-se, assim, o papel dessas categorias na ordenação do pensamento, o que reforça a necessidade de não confundi-las com as manifestações empíricas, o que não significa, como dito, independência entre ambos,<sup>4</sup> ou seja, isso sugere que o espaço como também o tempo são aspectos relacionados à cognição do mundo, o que equivale pensar os entes em geral em uma forma determinada de sua existência (de como esses entes existem).

Reafirmar um princípio tradicional a esta altura se faz necessário: nesta existência, o ente em sua materialidade assumirá a condição de objeto somente se houver um sujeito. Ou então, o objeto só será objeto quando ele for para um sujeito. O objeto é para o Sujeito, exatamente *na* relação. O objeto não será, ou deixará a condição de ser objeto, quando não houver a relação e, para isso, o sujeito não existe. Todavia, este ser para o sujeito somente se dará se a condição objetiva da existência for fenômeno para o sujeito, *e a existência se manifesta espaço-temporalmente no movimento do fenomênico*, ou seja, do ente que agora é objeto para o sujeito. Objetividade e subjetividade afirmam-se a si mesmas mutuamente, uma mediante a outra.<sup>5</sup> Mas repita-se: espaço, tempo e movimento são as manifestações do existir dos entes em geral. E, na sua existência, os entes em geral se postam a consciência como objetos, momento pelo qual será firmado seu ser mediante esta existência, e será este existir que fundará o ser dos entes em geral.

3 Isso não significa que concordamos com a ideia de reduzir o espaço à noção de continente, essa é apenas uma das formas de entendê-lo; o que se destaca é a importância da distinção entre espaço e suas “manifestações empíricas”.

4 Aceitar a independência entre os entes e aquilo que é constituinte da existência, entre eles o espaço, seria dar azo a uma concepção neutra dessa categoria, como a noção de espaço absoluto, ou o apriorismo kantiano. Uma postura dessa natureza revela uma leitura de mundo sedimentada na metafísica, ou pode eventualmente sustentar uma ideologia. Aqui, nos colocamos em oposição a essa neutralidade, o que representará, em última instância, um embate político. Quem resume bem os principais argumentos em oposição à neutralidade do espaço é Henri Lefebvre.

5 O sujeito é para aquilo que não é ele mesmo, ou seja, o objeto, assim como o objeto é para aquilo que não é ele mesmo, o sujeito. Entre aquilo que é e aquilo que não é, se dá o fundamental: a relação. Como outras posições que aparecem neste texto, essas têm em conta as controvérsias que estão na base de cada uma delas. Isso fica pressuposto, dado seria difícil aqui explicitar todos os detalhes dos problemas subjacentes.

Então há dois momentos, o existir dos entes (espaço, tempo, movimento) e a essência dos entes (o seu ser), sempre considerando que a existência do ente só será objetiva quando for dada ao sujeito.<sup>6</sup> E ao fazer assim toma-se o existir em sua constituição, isto é, o espaço, tempo e o movimento do objeto, para então ter um espaço, tempo e movimento pensados, ou seja, é o momento em que essas três categorias apresentam sua dimensão subjetiva. Manifestações que, por sua vez, ao serem apreendidas pelo pensamento, serão estabelecidas através de juízos mediante essa ordem lógica a qual se refere Armando.

A terceira e última passagem do primeiro texto é a avaliação de Armando sobre essa tradição lógica presente na relação entre as categorias da geografia:

Constata-se que é feita uma classificação na qual existe uma hierarquia lógica que, associada às categorias gerais do entendimento humano, como o universal, o particular e o singular – é tratada do ponto de vista de uma lógica interna à dimensão espacial.

Este não é um caminho dialético: a Geografia tem vivido este impasse aristotélico-kantiano desde suas origens (Silva, 1986, p. 91-92).

Além de não ser um caminho dialético também não será possível falar em dialética. O esclarecimento dessa impossibilidade implica considerar três aspectos: a) não confundir os entes em geral com o espaço (ou mesmo com o tempo, ou o movimento); b) não dar autonomia ao espaço diante da necessidade de compreendê-lo, pois espaço, assim como o tempo, são relativos ao movimento, e o movimento é relativo aos entes em geral; c) sendo espaço e tempo categorias relativas ao movimento dos entes, o movimento representa a dimensão do existir dos entes, ou seja, espaço e tempo são as formas do existir. E, como dito, reitera-se que existir não se confunde com o ser dos entes, ainda que em estreita e fundamental relação.

Como a manifestação fundamental da existência está relacionada ao movimento, sobre isso é possível se observar dois tipos básicos de movimento, um deles é o quantitativo, passível de quantificação, conhecido por deslocamento, que foi consagrado especialmente (se não unicamente) pela ciência, em destaque a física, a ponto de que hoje ao se falar em movimento imediatamente se remete ao deslocamento. Para esse tipo de movimento há uma equivalente noção de espaço e tempo, e o principal depurador dessa noção foi Descartes.<sup>7</sup>

Uma constatação fundamental nesse ponto é necessária, qual seja *o movimento nesse caso não atinge o ser do ente*. O ente desloca-se e permanece sendo o que é. Metros, centímetros, milímetros, polegadas, jardas, milhas, seja qual for a medida usada, o deslocamento ocorrerá em superfícies, planos, áreas, em três dimensões quantificáveis mediante a marcação do tempo em horas, minutos etc.

6 Uma velha e conhecida tese da “independência objetiva” dos entes, em geral em relação ao pensamento (sujeito), deve ser reparada: o que se quer dizer com “independência objetiva” é “independência do existir”, que para a consciência é a manifestação do tempo, pois o ente sempre se torna objeto (por isso sempre pensamento de algo), que deixa de ser por deixar de existir, ou virá a ser quando se perceber sua existência (eis o movimento em pensamento), um agora, um antes e um depois pelo movimento do existir dos entes. Assim, o que não existe para a consciência não é. Nisso só admitimos independência em relação ao sujeito dos entes em sua existência, porém nessa condição, nesse nada de existir para o sujeito (o ente não é objeto), nada sei sobre o seu ser, posto que ele, o ente, não é para o sujeito. Eis o motivo pelo qual o ente não se reduz ao ser. Portanto, sujeito e objeto definem seu ser na relação.

7 As questões relativas à filosofia da ciência têm lugar com elementos como esses, pois por meio dessa construção uma leitura e uma ideia de mundo serão constituídas.

Porém, a situação se complica quando há o movimento qualitativo, ou seja, aquele movimento que não é quantificável, porém é substantivo ao ser dos entes, ou melhor, essencial a estes. Esse movimento está relacionado ao ser que deixa de ser o que é para se tornar um novo ser.<sup>8</sup> Em resumo, a possibilidade de se estabelecer a relação entre ser e não ser, estando a qualidade em questão e designando o ser dos entes. Perguntas antigas são necessariamente retomadas: o que determina o ser? O que é o ser? Uma vez que sem essas respostas não se identifica a qualidade em processo de metamorfose e, por consequência, não se identifica o movimento, ou seja, não é possível se observar o existir dos entes no sentido daquilo que é determinante do ser, e se não se identifica o movimento, a relação ser/não ser, também não se consegue observar espaço e tempo que são atinentes a este movimento.

Na verdade, o processo ocorre ao contrário, inicia-se observando a existência mediante suas categorias fundamentais: espaço, tempo e movimento. Não sendo possível observar qual é o espaço e o tempo referente ao movimento qualitativo, duas são as possíveis consequências.

Primeiro, fico restrito ao movimento quantitativo, e com isso me restrinjo as manifestações empíricas dos entes sem considerar a questão do ser (ou seja, permaneço constantemente indagando sobre a entidade do ente, supondo estar identificando o ser deste ente).<sup>9</sup> E aqui se encontra o limite da compreensão do mundo estabelecido pela ciência, isto é, superar a entificação é ter de retornar à ontologia, o que significa regressar aos antigos e tradicionais problemas metafísicos, uma vez que o ser deve ser identificado e, por esta tradição, o sujeito possui papel ativo. Ao se observar a posição de Gerd Borheim em que “o ser é no ente pelo homem” (Bornheim, 1983) *através da práxis*, um sério problema para a ciência se desenha, uma vez que essa impõe a necessidade permanente de um conhecimento objetivo e universal. É exatamente aqui que o debate se torna estimulante, tendo em vista que, para aqueles que se indispõem em admitir essências infinitas ou transcendentais na definição do ser, uma revisão crítica da ontologia é necessária, na busca de firmar o debate ontológico à luz das coisas finitas, cotidianas. Isso também abre possibilidade de retomar o diálogo entre filosofia da natureza e ciência da natureza, por exemplo.

Segundo, não sabendo quem são (espaço e tempo referente ao movimento qualitativo), também sou incapaz de ver o seu não ser, ou seja, é impossível falarmos em dialética. Em outras palavras, ou se desfaz o impasse mencionado por Armando, ou se perde a compreensão possível da dialética.<sup>10</sup>

Uma conclusão é fundamental: o problema do espaço e do tempo referente ao movimento qualitativo passa por compreendermos a contradição (ser/não ser), sendo esse problema, antes de tudo, um problema ontológico. Enfim, a dialética, se for efetiva, deve ser tomada sob o viés desse problema: o ser. Ao se optar por retomar o diálogo entre ontologia e ciências humanas, entre filosofia da natureza e ciência da natureza, estes se tornam os problemas de

8 Inadvertidamente nos vemos diante de um dos problemas mais antigos da filosofia: o problema do ser e do movimento. Trata-se de um dos capítulos mais importantes da história da filosofia, que diz respeito à metafísica/ontologia e à dialética.

9 Essa certamente é uma das questões mais delicadas desse problema: a ciência não abandona o plano do ente em nome de uma suposta objetividade. A essencialidade anunciada na descoberta de causas de fenômenos significa, no sentido da filosofia, recusar-se a apreender o ser.

10 Dialética tomada no sentido a que Amardo supostamente se referia.

fundo. Como é possível supor a existência dos entes em sua objetividade sem alienar o sujeito desse processo? Ou seja, quais os propósitos de um conhecimento que não admite como razoável a suposição de que o conhecimento deve estar restrito à objetividade do ente? Romper com a exclusividade do conhecimento nos termos da métrica da quantidade, a sintaxe lógica dos juízos matemáticos e estatísticos, o que isso significaria? Significa inicialmente dizer que não há independência ontológica entre os entes e o homem, o que refaz o sentido do conhecer ou mais exatamente o deixa em evidência. Pomos assim em questão os problemas do pleno existir humano. Põe-se às claras o propósito da construção da realidade operada pela ciência (e suas maneiras de supor o espaço, tempo e movimento). Deve-se mencionar que esses problemas vão ao encontro do debate sobre alienação, que se abre em três dimensões: o homem alienado de si, do outro e da natureza.

Colocar um ponto final na metafísica não significa dar o troféu para a ciência e dar por derrotada a filosofia. Uma pergunta sempre deve estar presente: qual o propósito do conhecimento que construímos? Que mundo é pensado, que natureza é concebida, como o homem é consciente de si a partir deste conhecimento? Não se trata, acima de tudo, de desprezar a importância dos resultados alcançados pelo pensamento científico. Negar isso seria uma estupidez. O que se quer, entre outros objetivos, é, principalmente, pôr em evidência, via crítica epistemológica e análise ontológica, qual é o propósito do conhecimento científico em relação ao homem. E, além disso, revelar seus limites na construção da ideia de homem e visão de natureza. Essa investigação não tem nenhuma novidade, ela se alia entre aqueles que experimentam um mal-estar existencial diante da ciência e sua relação com a vida humana. A novidade, talvez, seja submeter a ciência geográfica a esse escrutínio.

E tudo isso veio à tona com este primeiro texto de Armando.

Estes problemas se reforçam em outro texto de Armando: “As Categorias como Fundamento do Conhecimento Geográfico”. A introdução deste pequeno ensaio abre com uma indagação cardinal, a saber “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”. Tanto no primeiro texto mencionado aqui como neste, Armando tangencia um problema muito sério situado entre a filosofia e ciência. Não é possível afirmar com exatidão porque Armando não aprofundou este problema em sua reflexão. Se em função da brevidade dos textos mencionados, ou o seu propósito não era esse, ou mesmo não tinha a exata dimensão do que estava suscitando com suas preciosas afirmações. Vamos tentar aqui explorar um pouco mais este problema.

Armando além da postura assumida em relacionar as categorias espaciais com a lógica, neste texto “As Categorias como Fundamento do Conhecimento Geográfico” nos remete a gênese das categorias partindo do ato primeiro da condição do homem frente à natureza (num sentido ontogenético). Menciona os espaços do comer, do habitar, do beber, do alimentar. Esta posição vai na esteira da tradição fundada entre outros, por Ratzel ou Jean Brunhes, quanto às razões que levam o homem a se relacionar com a natureza. Respectivamente o primeiro fala de alimentação e habitação e o segundo acresce a vestimenta. Daí Armando reunir todos estes espaços e os chamar de *habitat*, ou seja categoria que designa as necessidades gerais do homem. Remete-se neste momento também a “imaginação”, que apesar de não nos dar maiores elementos, sugere com isso para uma questão essencial: o ato de produzir sua sobrevivência é o mesmo que produz sua humanidade, e neste momento funda a existência.

Do Habitat, Armando parte para a difusão deste, o que significa a reprodução do comer, do habitar, do beber, do alimentar. Tomando a sentença de Marx de que a população é a base e o sujeito de toda a produção social, Armando chega ao *território* no momento que entende que a população exerce domínio e posse sobre seu habitat. Na sequência concebe a *paisagem*, quando a vida se diferencia no território (paisagem urbana, paisagem rural etc.). Só então chega à condição de definição do *lugar* como *região* ou como *área*. Para Armando, o lugar, como habitat, é uma produção humana, e a fixação no lugar define a *região* como o lugar em que se nasce e ao qual se pertence. Além disso, conclui que daí deriva a necessidade da medida que define a *área*.

Comparando o primeiro texto com este último, é possível observar que, no primeiro, Armando está enfrentando os problemas relacionados à lógica ou, mais exatamente, ao ordenamento lógico das categorias da geografia. Já neste segundo, as categorias emergem da dinâmica fundamental da História, ou seja, a relação entre sociedade e natureza. Todavia, isso traz um novo problema, qual seja em escolher que caminho deve-se percorrer, seja o caminho da lógica, seja observar a dinâmica sociedade/natureza, no sentido de fundamentar as categorias do discurso geográfico. É o que, em síntese, Armando apresentou na indagação: “são as categorias entes lógicos ou ontológicos?”.

Essa observação a seguir sugere um encaminhamento do problema: “Toda a lógica é, portanto, a prova de que o pensar abstrato por si nada é, de que a ideia absoluta por si nada é, de que somente a *natureza* é algo” (Marx, 2004, p. 134). Tudo faz crer que a consciência, a autoconsciência, o pensamento somente será quando encontrar neste algo para sua realização. Não existe pensamento de nada, e sim pensamento de algo. Sendo assim, ou constitui-se a relação entre pensamento e esse algo, ou seja, constitui-se a relação sujeito/objeto, ou então o pensamento não existe, e o objeto vira algo indeterminado, ou, simplesmente, coisa.

Ao se voltar ao pensamento geográfico e suas categorias, impõe-se a necessidade de se indagar em que condições esse pensamento se constitui. Quando ele será pensamento da geografia em suas diferentes dimensões que são a totalidade em si enquanto consciência.

Tanto quanto a História, essa constituição ocorrerá na superação da origem quando as dimensões do objeto e do sujeito se estabelecem, ou então quando a relação sociedade/natureza pode ser entendida como relação sujeito/objeto. Observemos Marx como ele se posiciona diante deste problema quando se refere à História.

Qual é a origem da História? Trata-se da história da origem? E agora se fizermos uma equivalência: Qual é a origem da Geografia? A Geografia está presente na origem?

Armando dá ênfase ao fato de que a origem da Geografia parece se confundir com a Geografia da origem. Pelo exposto é possível dizer quando se observa as ideias entorno dos espaços do comer, do habitar, do beber, do alimentar e a formação do habitat. Todavia, será exatamente assim? Será que a origem da Geografia está exatamente nessa dimensão do sobreviver (espaço do comer, vestir etc.). Ao se reduzir à condição estritamente biológica, talvez nada se oporia a esta posição e, portanto, toda a geografia seria a geografia da origem, ou seja, a *geografia do sobreviver*. Contudo isso é uma perspectiva parcial, pois a constituição da humanidade do homem passa pelo existir e, para tanto, o sobreviver deve ser pensado (o que é o mesmo que dar a origem do pensamento), ou seja, deve haver a constituição do

sujeito (histórico e geográfico) e, por conseguinte, do objeto, aquilo que Armando resumiu como “imaginação”. Portanto, tanto a origem da História quanto da Geografia devem estar relacionadas a essa constituição do existir do homem como sujeito e dos objetos entorno de si. Trata-se da constituição da diferença entre ente e ser, uma vez que a constituição do sujeito implica a apropriação subjetiva do objeto, ou seja, para além da percepção empírica do ente enquanto fenômeno, há a constituição do ser do desse ente, o que representa na mesma medida a autodesignação de si, do homem. É o que nos sugere Gerhard Arlt quando afirma que “o ser humano é sua própria concepção *historicamente conquistada*” e completa dizendo que “autocriação e autointerpretação culturais andam de mãos dadas” (Arlt, 2008). Constituído esses termos da relação, é possível se referir ao trabalho como central no debate ontológico.

Assim o ser está, e somente é o que é por estar onde está, por ser o “estar” construção sua enquanto dimensão do seu existir. Veja-se aqui o quanto o existir do homem numa geografia representa um pensamento geográfico. A humanidade do homem se realiza em uma geografia determinada, significando uma interdependência irremovível.

Quanto à indagação de Armando, se as categorias são entes lógicos e ontológicos, deve-se encontrar resposta no advento da História e da Geografia, implicando, com isso, a necessidade de compreender que as categorias são geradas simultaneamente (lógica e ontologicamente), que é contrário ao que Armando considera em seu texto, pois, para ele, não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia, como teoria do conhecimento, gnosiologia, lógica e metodologia. Como foi desenvolvido neste texto, não se defende a primazia de nenhum dos lados, tanto do sujeito quanto do objeto, e sim sua *relação* de simultaneidade.

Eis o que nessas circunstâncias foi possível destacar dos textos de Armando para discussão. É importante lembrar que a riqueza dos textos é muito maior do que foi selecionado para se discutir nesse ensaio, na sequência haverá um avanço na tentativa da superação do impasse lógico categorial mencionado pelo nosso autor.

## Identificando o ponto de origem: Descartes

Na verdade o impasse aristotélico-kantiano identificado por Armando é mais cartesiano do que kantiano, ou mesmo aristotélico. Tal impasse tem mais relação com a sobreposição espaço/matéria sugerida por Descartes, do que as diferentes proposições sobre espaço na obra de Kant. Todavia, como se verá, a superação do impasse não significa descartar o que há de Aristóteles (a lógica) e o que há supostamente de Kant (a noção de espaço) na construção do discurso geográfico. Não se trata exatamente de uma eliminação dessa forma de pensamento, pois esta possui seu papel na compreensão da Geografia, mas de um sistema lógico que absorva a dinâmica do ser, para além, portanto, da apreciação fenomênica do ente.

Nesse sentido, um aspecto sumamente importante deve ser observado, trata-se de níveis diferentes de compreensão do real que remetem a lógicas distintas, esses níveis são relacionados, de um lado, ao que há de fenomênico na realidade e, de outro, por aquilo que responde pela essencialidade de tais fenômenos. *Mas o principal é reconhecer que cada pata-mar, representando um momento lógico distinto, traz consigo uma equivalente concepção de espaço.* Isso é fundamental, portanto do que se entende sobre espaço há um equivalente jogo lógico e nisso representando uma respectiva compreensão da realidade.

Ao se constituir esse percurso de apreensão do objeto, ou seja, nessa formulação do conhecimento pelo sujeito, é possível indicar onde o referido impasse está situado, em que nível lógico a ciência geográfica se deteve e, assim, que concepção de espaço foi articulada na coerência com esta estrutura de pensamento.

Ao retomarmos as afirmações de Armando sobre a ordenação lógica das categorias geográficas, fica clara qual a natureza dos juízos, ou seja, se estamos diante da lógica formal, na sua concepção mais tradicional da silogística, daí justifica-se a designação “aristotélico”. Portanto, cabe indagarmos qual a noção de espaço que acompanha esta lógica. Para responder a essa indagação, é necessário se ater mais precisamente a essa afirmação.

Todas as categorias levadas em consideração (área, lugar, território, paisagem, região, *habitat*, superfície) são categorias espaciais, sendo, portanto, debitárias da nossa concepção sobre espaço. A propósito disso o que podemos dizer sobre a afirmação de Armando de que “parece lógico – e formalmente o é – que o espaço seja uma dimensão universal; o lugar, uma dimensão particular; a área, a região, o território, uma dimensão singular”? Melhor, qual a noção de espaço subjacente a essa formulação lógica sedimentada na lógica formal? Qual a noção que comporta a ideia de que espaço é o *universal* e o *todo*, a *premissa maior*, o lugar é o *particular*, a *parte*, o *termo médio*, e a área, a região e o território, são o *singular*, a *parte da parte*, a *conclusão*?

São esses aspectos rígidos da lógica que buscam garantir o caráter de *ciência para o pensamento geográfico* e, a propósito disso, é fundamental não esquecer as exigências desse pensamento que reivindica a qualidade de científico.

Analisemos o que é imposto a este pensamento que se quer científico sem, por hora, fazer as devidas críticas. O que se quer aqui é abrir esta epistemologia e verificar que noção de espaço, tempo e movimento a sustenta.

Trata-se de algo que sob o ponto de vista da natureza do pensamento deve estar perfeitamente estruturado em termos lógicos, portador de uma coerência interna, pois a meta é atingir conhecimentos objetivos de caráter universal. Desenvolve-se um procedimento que busca purgar do processo de elaboração do pensamento, todas as variâncias subjetivas que derivem de pareceres pessoais daquele (sujeito) que se posta diante da realidade. O pensamento aqui deseja ter plena identidade com relação ao real, de modo que possa se constituir como verdadeiro.

O certo é que a lógica formal considera a substância como o ser das coisas em geral, segundo o pensamento de Aristóteles. Entretanto a substância é composta por dois elementos ontologicamente distintos, mas complementares: a forma e a matéria. A matéria designa-se daquilo de que é feita uma coisa, e a forma é aquilo que faz que uma coisa seja o que é. A madeira possui forma de madeira para ser madeira e, posteriormente, posta-se como matéria que receberá forma de mesa. Portanto, aparentemente, a forma está junto com a matéria constituindo os entes em geral em suas substâncias particularidades. Isso, sempre é bom lembrar, segundo Aristóteles.

A forma é universal, - a forma mesa, a forma cadeira etc. - enquanto a matéria é singular, plástico, madeira, ferro etc. Na tentativa de se identificar as formas é necessário abstrair as singularidades de diferentes particularidades. Há mesas de diferentes matérias (plástico, madeira, ferro etc.), resta abstrair essas especificidades para se encontrar a forma pura mesa. Agora, o que é, ou onde é possível encontrar essa forma pura?

Como essa operação de abstrair foi operada pelo pensamento, é nele, e somente nele, que se encontra a forma pura, no exemplo, a forma mesa. E em alguma medida essa forma é nos entes em geral a *extensão*. Nesse sentido, está se caminhando em direção a Descartes.

Assim, a madeira que é matéria para uma mesa, possui forma de mesa na perspectiva da extensão, de tal sorte que matéria e extensão estão juntas na designação da mesa, ou seja, a madeira é matéria para a mesa e encontra na extensão sua forma para ser mesa. Quando tomamos a extensão como matéria da madeira, encontramos como forma da madeira a possibilidade de ser extensão para ser madeira. O raciocínio é um pouco intrincado, porém nos possibilita observar por onde Descartes surgirá nessa reflexão, posto que nessas observações é possível verificarmos a associação entre matéria e extensão. A substância, portanto, como constituinte do ser dos entes em geral, é a sobreposição de matéria e forma/extensão.

Por outro lado, o pensamento científico pretende ancora-se na lógica formal em razão do rigor da silogística. Isso ocorre porque ela está baseada no princípio da identidade  $A=A$ , que é rigoroso, pois imperioso na coerência na formulação dos juízos, tendo como meta atingir uma conclusão precisa.

Para que essa meta seja atingida, a forma é tomada com essência, e como está referida na extensão, a designação da essência está no empírico encontrado no objeto enquanto fenômeno, este que é apreendido pela forma.

Dito de outra maneira, a ciência restringe-se ao ente, ou seja, toma exclusivamente as propriedades fenomênicas que fundam o existir. Com isso ela procede a uma investigação ôntica. O que significa que haverá uma análise, classificação e discernimento das propriedades de cada ente, em que a predicação de cada ente será tomada como o seu ser. Essa operação parece descontar a presença do sujeito na definição do ser do ente observado mediante a *práxis*, e baseia-se na crença da observação empírica das propriedades constitutivas do observado. Como exemplo, pode-se citar um gato, que para ser gato deve reunir uma série de predicados, tais como ser felino, mamífero etc.

Mas antes de o gato ser branco, felino, mamífero, ele não precisa antes ser gato? Isso significa que ao se descontar todas essas predicacões, o gato deixaria de ser gato? Caso não se reconheça esses aspectos predicativos, o gato deixaria de ser gato? Ou o ser do gato depende do ser de quem com ele se relaciona, e nesse caso o Homem? “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser natural” (Marx, 2004, p. 127), ou seja, cada ente encontra sua essência fora de si. E o “fora de si” é “para o outro”. Eis a relação.

Para o pensamento científico tradicional, ao se responder positivamente essa última indagação, corre-se o risco de se perder a objetividade requerida, uma vez que parece que o homem de uma sociedade determinada participaria da construção do juízo verdadeiro. E como produzir conhecimento científico nessas condições em que a universalidade está comprometida?

A saída é nos determos exclusivamente à existência fenomênica, o que equivale a dar prioridade única aos sentidos, afirmando a independência objetiva do observado em relação ao observador e, nesse momento, acreditar que a observação do empírico revela o em si (o ser) das coisas observadas. Como se a realidade se comunicasse através das minhas observações

empíricas. Como se, ao ver algo, esse algo dissesse a mim que *é* uma montanha, e *é* constituída de dobramentos tectônicos e sucessivos episódios de vulcanismo. Mas se o observador for outro, e a montanha *é* a morada dos deuses? Quem estará correto?

É necessário dizer que todo esse raciocínio construído até aqui *é*, de uma maneira geral, repetitivo, ou seja, essas ponderações já foram feitas inúmeras vezes e somente as reproduzimos em nome de observarmos como ficou a questão do espaço em tudo isso.

Por hora, devemos apenas dizer que os predicados de algo podem designar as condições de existência do ente, mas não a definição do ser. É bom sempre firmar o fato de que a relação sujeito/objeto, sociedade/natureza obedece sempre a um propósito, e esse direciona a *práxis*. É nessa relação, orientada para um propósito definidor de uma *práxis* determinada, que encontraremos o núcleo ontológico dos entes em geral. Essa postura assumida está em consonância com aquelas que se recusam aos essencialismos de natureza metafísica, a essência dos entes em geral está no pensamento do homem, ou na intimidade da matéria. Nossa posição é radicalmente histórica e geográfica, na medida em que reconhecemos que os entes são o que são em razão de onde estão e em que momento estão, no curso da existência do homem. E é nesses termos que o contexto persegue a finitude do relativo, fugindo do infinito transcendental e absoluto.

Se considerarmos os problemas atinentes ao ser, teremos de considerar outra lógica, aquela que se ocupe com as dinâmicas do ser, e não apenas com as propriedades predicativas dos entes.

Resumindo: em verdade, a ciência opera uma investigação de caráter ôntico, e nunca supera esse patamar. Vale dizer que a ciência nunca transcende a dimensão do ente, nunca o supera e, quando supostamente diz do ser dos entes em geral, na verdade está ainda na dimensão do ente (ela rigorosamente “entifica” permanentemente o ser). Isso deriva da postura que admite que o sujeito se coloque diante do objeto na expectativa piedosa de que o objeto se revele no que ele *é* por ele mesmo, sendo o sujeito um mero receptor dessa “revelação”. Supostamente tomará o objeto friamente em sua crueza, neutro, totalmente passivo diante dele, destituído de subjetividade. Daria para ironizarmos dizendo “um sujeito sem *ser* sujeito e um objeto sem ser objeto”. Mas como fazer isso?

Arriscamos afirmar que o primeiro a responder isso foi Descartes. Entre o seu *Discurso do método* e os *Princípios de filosofia*, podemos dizer que encontramos o ato inaugural da ciência moderna. Na verdade, esse nos parece ser o essencial na transformação operada na filosofia por Descartes, qual seja a afirmação do sujeito (pelo realce ao livre-arbítrio) e, por consequência, a afirmação do objeto em sua objetividade constituinte.<sup>11</sup> Mas essa operação em termos de pensamento seguiu a busca daquilo que Descartes considerou a “certeza absoluta”. A ciência só é ciência em Descartes quando for ciência da quantidade, a tal ponto que em seu *Princípios de filosofia* observamos a seguinte posição: “nas coisas corporais, a única matéria que conheço é aquela que pode ser dividida, representada e movimentada de todas as maneiras possíveis, isso é aquela matéria que os geômetras chamam de *quantidade* [...] e enfim, ao tratar desse assunto *só tomarei como verdadeiro aquilo que tiver sido deduzido com tanta*

<sup>11</sup> Porém com o estranho paradoxo de alienar o sujeito diante do objeto, como se o livre-arbítrio permitisse a anulação do sujeito na relação.

*evidência que poderia ser considerado uma demonstração matemática.*” (Descartes, 2005, p. 93). O grifo é nosso, justamente para enfatizar o fato de que para Descartes só é possível acender a certeza absoluta quando tomamos o mundo pela quantidade. E é somente mediante a quantidade que se chega ao caminho correto do pensamento, pois “o método que ensina a seguir a verdadeira ordem e enumerar exatamente todas as circunstâncias do que se procura contém tudo o que confere certeza às regras da aritmética” (Descartes, 1996, p. 60).

Ocorre que para esse filósofo entre *quantidade* e *substância extensa* existe grande aproximação: “*la cantidad no se distingue en realidad de la substancia extensa*” (Descartes, 1995, p. 76, nota 18) ou o preceito advogado de que “*la substancia corpórea no puede ser claramente concebida sim su extensión*” (Descartes, 1995, p. 77). Vemos aqui Aristóteles em Descartes. E assim chegamos a um ponto fundamental: a quantidade remete à substância corpórea, e esta pode ser designada substância extensa ou simplesmente espaço, sendo que “não há real distinção entre o espaço e a substância corpórea nele contida”. Isso explica porque quando dizemos que espaço é vital estamos na verdade nos referindo ao que está contido nele e, com isso, fundimos uma coisa na outra, no caso natureza e espaço, ou como mencionou Descartes, espaço e substância corpórea. Lembremo-nos de Armando no início desse texto, quando mencionou que “a área, a região, o território são modalidades possíveis de lugares, são sua expressão, assim como são manifestações geográficas do espaço em geral. *Eles contêm* as manifestações empíricas”.

Nestes termos seria interessante indagar de quando falamos de “natureza do espaço”, ou “produção do espaço”, estamos nos referindo ao que exatamente?

Portanto, na busca de ter para si certezas, Descartes se refugia na matemática e, mediante isso, absorve o mundo pela perspectiva da quantidade, definindo o que sejam os corpos (matéria) e o espaço. E a única silogística possível nessa maneira de pensar o real é a da lógica formal.

Da quantidade vamos à exatidão pela via da matemática e, com isso, atingimos a certeza absoluta. Quem sabe não era isso que estava subjacente na seguinte passagem de René Closier “a geografia, para se elevar a dignidade de ciência, procura passar da fase qualitativa e descritiva à fase quantitativa e causal” (Closier, s/d, p. 128).

Agora vejamos, é certo que os *Princípios matemáticos da filosofia da natureza*, de Newton, consagram as perspectivas lançadas por Descartes. Não resta dúvida de que a natureza foi vista em suas quantidades, e a linguagem matemática em suas razões internas a interpreta. Afinal diria Galileu que o universo é um grande livro, porém não podemos entendê-lo se não entendermos sua língua e símbolos, sendo a língua a matemática e os símbolos os triângulos, círculos e outras figuras geométricas (Burt, 1991). Porém, para alcançarmos a ciência geográfica, é necessário reconhecer que a matemática não encontrou livre trânsito no trato de outras partes da realidade.

Na busca da objetividade e da universalidade, não foi na matemática que as pesquisas de Darwin se basearam, por exemplo. A observação do desenvolvimento das diferentes formas de vida não coube no laboratório e assim escapou ao procedimento hipótese/teste. Porém, o mesmo rigor deveria ser seguindo e, assim, no que era possível, a quantidade deveria seguir dando rumos à construção do pensamento científico. E isso em certa medida foi o que realizou,

quando a *observação de campo* teve lugar. *In loco*, quanto mais meticolosas e precisas eram as observações empíricas, mais chegávamos à meta da cientificidade do conhecimento. Descrições pormenorizadas e classificação via análise cartesiana da realidade sustentam essa meta. Ou, como diria Closier, “a observação ou o documento permitam a passagem da descrição à explicação. Como opera essa passagem? O princípio parece simples: com base nos fatos observados, observar as paisagens regionais e, por múltiplos estudos locais e regionais, estabelecer leis gerais” (Closier, s/d, p. 124).

Juízos formulados pela regularidade da observação do fenômeno, bem como o número frequente de aspectos observados permite a inferência. Porém, não só da necessidade de buscar “observação objetiva” o cartesianismo é presente na constituição do pensamento científico. Observemos, a este propósito, Daniel Foucher, num trabalho preocupado com a necessidade de redefinir as divisões regionais do território francês, o autor observou que o crescimento das cidades e a revolução dos meios de comunicação foram transformações fundamentais que exigem essa redefinição regional. Tendo em mente o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, o autor afirma o seguinte: “*con el automóvil alcanzarán un ritmo precipitado y las distancias serán nuevamente reducidas*. Todo ha ocurrido en este campo como si la superficie del territorio francés se *hubiese encogido* progressivamente” (grifo nosso) (Foucher, 1982).

Ora, de uma perspectiva científica, distâncias não encurtam e nem territórios encolhem com o desenvolvimento do transporte. Isso é apenas uma sensação. *Fisicamente* isso não é possível, essa afirmação é subjetiva e carece de cientificidade. Dizer que encurtam é uma ponderação qualitativa de cunho pessoal. A realidade é o que as medidas apresentam. Eis aí o cartesianismo e sua profunda raiz na cultura científica. Tão profunda que parece impossível não considerar uma metáfora a passagem citada de Foucher, o que, de fato, supomos, assim considerava o autor. De forma mais sutil, mas não menos efetiva, a postura cartesiana se constitui: não seria possível fazer ciência se o espaço da observação não fosse mantido rígido em sua métrica.

Se um trem-bala ligar Rio de Janeiro e São Paulo, a distância entre as duas cidades não diminuirá, mesmo que a sensação pareça outra. Então, o que *é* o real aqui? O que ele *é* independente do sujeito, ou o que pensamos que ele *seja*. Ou, o *ser* de um depende do *ser* do outro? Eis um ponto fundamental, tratado linhas atrás. Para que o *ser* seja, ele se funda *na relação* daquilo que é fundamental para ele *ser*, cuja ausência representaria a sua extinção também. É caso do pai e do filho, o pai só *é* pai (o *ser* do pai) na relação com o filho, em que este só *é* filho na relação com o pai. A extinção de um *é* a extinção do outro. O objeto só *é* na relação com sujeito, e o sujeito só *é* na relação com o objeto. Agora o *ser* de ambos está atrelado à relação, e se essa relação for a *práxis*, então as coisas se completam.<sup>12</sup>

Quando se atingiu essa rigidez para a designação do espaço (o tempo já quantificado também), não resta dúvida de que o movimento observado tão somente obedece a esta diretriz, ou seja, ele também é quantificado, portanto ele é reduzido ao deslocamento. E o movimento é do ente e não do ser, como dito anteriormente, tal movimento não atinge o ser.

Podemos, assim, diagnosticar que o referido impasse detectado por Armando possui esse referencial como substrato. Em nome da necessidade da certeza, um conhecimento (o científico) esmera-se em deter-se na quantidade. Opera considerando-se a álgebra e a geo-

12 É fundamental não confundir o ente com o ser, trata-se da diferença ontológica mencionada por Heidegger.

metria, numa sintaxe rígida, purgando desvios subjetivos. Nessa condição espaço é também tomado na perspectiva quantitativa, assumindo a condição de extensão e se superpondo e se confundindo com a substância material. Extensão que em si pode ser vista como absoluta, ainda que não faça sentido desvinculá-la dos corpos. Mesmo assim, pode-se, considerando o pensamento de Descartes, falar em largura, comprimento e profundidade, que em si são o espaço absoluto.

Quanto à lógica equivalente a essa noção de espaço, transformou-se em forma lógica, num procedimento, numa maneira propriamente de pensar. O entendimento agora aparece numa forma lógica: agrupa, seleciona, enumera, faz analogias, paralelos, contrastes. Localiza, distribui, mede distâncias e densidades dentro de um prisma quantitativo. O movimento é quantificado. Tempo e espaço são quantificados. São medidas rigorosas em nome da coerência lógica.

O problema se agrava mais ainda quando essa noção de espaço é transportada imperceptivelmente para outras matrizes teóricas que, em tese, são contrárias ao cartesianismo. Nessas circunstâncias, aparentemente seu fundamento matemático é descartado, todavia se preserva sobretudo a sobreposição matéria/espaço. O questionamento diante disso é o seguinte: quando afirmamos que espaço tem materialidade, queremos dizer o que exatamente? Que ele contém essa materialidade, ou é ele espaço, em si mesmo, material? Se o espaço tem ou é material, a matéria mesma possui o que? E se o espaço tem materialidade, possuiria também uma “idealidade”, ou ele apenas é a *res extensa*? Se sobreponho espaço à matéria ou mesmo ao corpo, como fica essa sobreposição em relação ao movimento? Seria um “movimento do espaço”? Nisso somos obrigados a indagar algo estranho, vale dizer “em que espaço se realiza o movimento do espaço”? Ou seja, abre-se a confusão diante dos equívocos de uma suposição. E o tempo, como fica nisso tudo? Irá ganhar também esse estatuto de materialidade, ou será apenas *res cogito*?

Vamos reafirmar a tese: não é possível pensar espaço e tempo descartando o movimento. É esse que permite supor espaço e tempo, ou é pelo espaço e pelo tempo que observo o movimento. E o movimento pertence aos entes em geral, animais, vegetais, rios, montanhas, pontes, fábricas, bancos etc. São esses que estão em causa. São esses que estão em relação e, por isso, em movimento. Se não for assim não compreenderemos a História nem a Geografia, pois, como nos sugeriu Herder, a *História é a Geografia em movimento*.

Finalizamos a primeira parte desse ensaio. Na segunda parte, intitulada “As dimensões do geográfico: da quantidade à qualidade; do ente ao ser”, vamos propor uma superação desses limites apontados por Armando.

## Referências

- ARLT, G. **Antropologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BORNHEIM, G. A. **Dialética teoria e práxis**. Porto Alegre: Globo, 1983.
- BURTT, E. A. **As bases metafísicas da ciência moderna**. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- CLOSIER, R. **História da geografia**. Portugal: Europa-América, s/d.

- DESCARTES, R. **Princípios de filosofia**. São Paulo: Rideel, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O discurso do método**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Los principios de la filosofía**. Madri: Alianza, 1995.
- FOUCHER, D. De los países a las regiones. In: MENDOZA, J. G. et al. (Eds.). **El pensamiento geográfico**. Madri: Alianza, 1982.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- REYNAUD, A. et al. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- SILVA, A. C. **De quem é o pedaço**. São Paulo: Hucitec, 1986.